



Entendendo as divergências entre a PNA e a BNCC

Sumário Executivo

Realização:



Apoio:



CENPEC

Centro de Estudos e Pesquisas em
Educação, Cultura e Ação Comunitária

Presidente do Conselho de Administração

Anna Helena Altenfelder

Diretora Executiva interina

Anna Helena Altenfelder

Diretoria de Tecnologias Educacionais

Gerente de Desenvolvimento de
Tecnologias Educacionais

Beatriz Cortese

Coordenadora de Programas e Projetos de Alfabetização

Maria Alice Junqueira de Almeida

Consultora de Tecnologias Educacionais

Maria Amabile Mansutti

Redação

Helóisa Helena Dias Martins Proença

Maria Alice Junqueira de Almeida

Leitura Crítica

Clécio Bunzen (UFPE)

Liane Castro Araújo (UFBA)



Índice

Apresentação

- 1.** BNCC x PNA: as características de cada uma
- 2.** Por que não é possível uma conciliação
- 3.** A incompatibilidade na prática: PNLD
- 4.** O Caderno da PNA
- 5.** O Programa Tempo de Aprender
- 6.** O Programa Conta pra Mim
- 7.** Considerações finais



Apresentação

Especialistas do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), a pedido do Movimento pela Base (MPB), realizaram uma análise minuciosa da Política Nacional de Alfabetização (PNA) para entender se ela é compatível com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), referência obrigatória para os currículos das redes públicas e particulares e em implementação desde 2018. Este texto traz um resumo desse estudo, que pode ser acessado na íntegra [clikando aqui](#).

1. BNCC x PNA: as características de cada uma

A **BNCC** não defende metodologias específicas, pois respeita a autonomia das redes de ensino e das instituições escolares para desenvolver currículos e propostas pedagógicas. Segue, portanto, o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394 de 12/1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB 05/2009). Nesse sentido, não induz as redes de ensino a adotar um método específico de alfabetização e aposta nas concepções sociointeracionistas e discursivas, que utilizam metodologias participativas e dialógicas, nas quais o estudante e a maneira como ele aprende estão no foco da proposta. A complexidade do processo de alfabetização, segundo a BNCC, demanda o uso de uma multiplicidade de contribuições do campo teórico e das investigações em Educação, respeitando contextos, sujeitos e princípios educacionais democraticamente acordados e normatizados. Ao não definir um método específico, a BNCC respeita e reforça a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas garantida às redes de ensino e escolas pelo artigo 206 da Constituição.

Por sua vez, a **PNA**, embora afirme que “não se deve confundir a instrução fônica sistemática com um método de ensino” (p. 33) e que não se pretende “impor um método, mas propor que programas, orientações curriculares e práticas de alfabetização sempre tenham em conta os achados mais robustos das pesquisas científicas” (p. 20), demonstra o contrário em suas implementações. É o caso do *Programa Tempo de Aprender*, do *Curso de Formação Continuada em Práticas de Alfabetização* e das modificações propostas para o *Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)*, com adequações para alinhá-lo às normativas da PNA (mesmo sendo esta uma política de adesão). Cada uma dessas ações, além do *Caderno da PNA*, que apresenta a política e seus fundamentos, foram analisados no presente estudo e em todos eles fica claro que se trata, sim, de indução à adoção do método fônico (mostramos alguns exemplos logo adiante).

Além disso, na linha do tempo que consta nos “marcos históricos e normativos da alfabetização no Brasil”, no primeiro capítulo do *Caderno da PNA*, são referenciados dois relatórios (*Alfabetização Infantil: os novos caminhos*, da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, elaborado em 2003 a pedido da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados e reeditado em 2007; e *Aprendizagem Infantil: uma abordagem da neurociência, economia e psicologia cognitiva*, publicado pela Academia Brasileira de Ciências em 2011) que não são normativos nem institucionais. Ambos defendem o método fônico explicitamente. Por outro lado, omite normatizações consideradas marcos da alfabetização no país, como as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (DCNEI). Ao restringir a alfabetização à perspectiva do método fônico, a PNA pode, na prática, desrespeitar o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, nos termos do art. 206 da Constituição.

2. Por que não é possível uma conciliação

Pelos fatos descritos acima, os especialistas não veem nenhuma possibilidade de conciliar o que está previsto na BNCC com a PNA: a concepção de alfabetização, os objetos do conhecimento e a visão de como a criança se apropria dos conhecimentos que levam à alfabetização plena são antagônicos.

Na **PNA**, a alfabetização é restrita ao ensino de habilidades cognitivas individuais de leitura e escrita dentro do sistema alfabético, como a capacidade de decifrar letras, sílabas e palavras, com a criança estabelecendo correspondência entre as letras e os sons correspondentes. Além disso, as propostas pedagógicas têm caráter transmissivo e prescritivo. Outro ponto de divergência com a BNCC, que fica evidente no *Caderno da PNA*, é a pouca importância dada à língua escrita como meio de a criança se comunicar e interpretar o mundo. Ignorada como prática sociocultural, ela fica legada ao 3º ano, depois de a criança “dominar” o código alfabético.

Na **BNCC**, a alfabetização é entendida como a apropriação do funcionamento do sistema de escrita alfabética em um processo simultâneo às práticas sociais de leitura e escrita – ou seja, com base no contato com o texto oral e escrito em usos reais de comunicação, relacionados aos gêneros textuais usados na vida cotidiana, na vida pública, nas práticas de estudo e pesquisa e no campo artístico-literário, todos presentes nas práticas de linguagem vivenciadas tanto na escola como fora dela. A BNCC entende que, mesmo sendo importante o desenvolvimento de habilidades próprias para compreender as relações grafonômicas, elas devem estar sempre relacionadas às práticas de leitura, produção e oralidade articuladas aos textos.

3. A incompatibilidade na prática: PNLD

Os editais dos recém-lançados PNLD 2022 (Educação Infantil, edital lançado em 2020) e PNLD 2023 (anos iniciais do Ensino Fundamental, edital lançado em 2021) trazem a BNCC e a PNA como referências para a elaboração das obras e critérios de seleção. O estudo demonstra que, além da impossibilidade de ambas serem tomadas, simultaneamente, como referências, os editais induzem à adoção do método fônico. Vale lembrar que, de acordo com o *Caderno da PNA*, o alinhamento do PNLD é uma das ações de implementação da política. A seguir, alguns exemplos de trechos dos editais que revelam o desalinhamento entre a PNA e a BNCC (PNLD 2022) e como as adequações propostas são consonantes com a adoção do método fônico (PNLD 2023):

PNLD 2022 - Educação Infantil

(p.1) – 1. Do objeto

1.1.1 Objeto 1: Obras didáticas destinadas a estudantes, professores e gestores da educação infantil;

Análise – Ao prever a distribuição de obras didáticas a crianças da Educação Infantil, o edital fere os pressupostos, os princípios e as concepções expressos na BNCC, na LDB e nas DCNEI, que preveem como eixo norteador as interações e as brincadeiras. Portanto, o que deve ser pedido para a Educação Infantil são livros literários, material de arte e brinquedos, não livros didáticos.

(p. 30) Anexo III – Critérios gerais para avaliação

pedagógica de obras didáticas, literárias e pedagógicas.

1.1 A educação infantil deve proporcionar a base, em termos de desenvolvimento, para que as crianças alcancem seu potencial. Assim, a prática educativa nessa etapa deve ser dotada de intencionalidade pedagógica e, sobretudo, guiada pelas evidências científicas mais robustas e atualizadas no campo do desenvolvimento infantil, de modo a garantir a preparação das crianças para a alfabetização formal e para o domínio de competências matemáticas mais complexas, por meio da promoção de práticas de literacia e numeracia emergente.

Análise – O termo “preparação” não ocorre em nenhum documento legal da Educação Infantil, sendo, portanto, incompatível com as concepções curriculares inscritas na normativa nacional da área e com a BNCC. A Educação Infantil discute há décadas a importância de abordar a linguagem escrita como um objeto cultural que também diz respeito às crianças pequenas, e não como uma abordagem preparatória para o futuro.

(p. 33) 2.8.2.3 Apresentar imagens e ilustrações claras e precisas, que representem de forma fidedigna os objetos, os cenários e os personagens retratados, não dando margem à ambiguidade em sua identificação, de modo que nelas devem prevalecer elementos descritivos e denotativos do objeto, cenário ou do personagem representado.

2.8.2.4 Apresentar imagens e ilustrações atrativas, adequadas, coloridas e chamativas, para despertar o interesse das crianças.

Análise – Esses critérios diminuem as potências estética, simbólica, cultural e educacional de obras literárias. Há erros conceituais e técnicos no campo das artes visuais que comprometem o edital. Ilustração é arte e arte é fruição, não pode ser engessada com critérios como realismo, concretude e limite de cores. O diálogo que as ilustrações estabelecem com o texto verbal não precisa ser linear, descritivo nem concreto, pois muitos são os nexos que podem ser produzidos. A BNCC traz esses conceitos.

2.1.4 Trecho 4 – Anexo III – B Critérios para avaliação das obras literárias

2.4 Adequação de categoria, de especificação de uso, de tema e de gênero literário (p. 46) 2.4.3 As obras devem vincular-se, necessariamente, a, no mínimo, um dos temas especificados.

Análise – Há uma lista de temas na qual constam conteúdos didáticos como corpo humano e suas características, mundo animal, meio ambiente. Logo adiante, no item 2.4.5, o texto prevê que as obras literárias podem ser inscritas em um dos três gêneros, sendo o terceiro o gênero “Prescritivo: instruções, guias, manuais, ciclos de crescimento, ciclo de vida etc.”. A “didatização” da literatura vai de encontro ao direito das crianças ao livro literário para que ampliem o seu universo de leitura e escrita, abordagem presente na BNCC.

PNLD 2023 - Anos Iniciais do Ensino Fundamental

(p. 44) 4.1 Quanto ao volume de Língua Portuguesa do 1º ano, o Livro do Estudante – Impresso deverá:

4.1.1 Abordar o componente essencial para a alfabetização “conhecimento alfabético” e:

- 4.1.1.1 Estruturar o livro em torno da apresentação de todas as relações entre grafemas e fonemas, distribuindo-os ao longo dos capítulos de acordo com sua ordem de complexidade, enfatizando:*

 - 4.1.1.1.1 as relações mais simples entre grafemas e fonemas;*
 - 4.1.1.1.2 as relações mais complexas entre grafemas e fonemas, como dígrafos, sinais gráficos e cedilha, de forma a colaborar com a futura consolidação do conhecimento no 2º e no 3º ano;*
 - 4.1.1.1.3 a apresentação de novas letras nas formas bastão e cursiva, pareadas em maiúsculas e minúsculas;*
 - 4.1.1.1.4 a associação de cada letra a exemplos de palavras que contenham a relação grafema-fonema;*
 - 4.1.1.1.5 a produção e a identificação, pela criança, de palavras que comecem com o som (fonema) da letra trabalhada.*

- 4.1.1.2 Apresentar ao menos um texto, em prosa ou em verso, acompanhado de ilustração, para cada relação entre grafema e fonema, de forma a apoiar a aprendizagem da respectiva relação.*
- 4.1.1.3 Oportunizar a recitação do alfabeto*

e da pronúncia dos sons das letras. 4.1.2 Abordar o componente essencial para a alfabetização “consciência fonológica e fonêmica” e: 4.1.2.1 Apresentar, prioritariamente nos capítulos iniciais do volume, atividades que exercitem o reconhecimento e a produção de rimas e de aliterações. 4.1.2.2 Apresentar, prioritariamente nos capítulos iniciais do volume, atividades de segmentação de palavras em sílabas, de palavras em seus fonemas e de síntese de fonemas em palavras.

Análise – O edital apresenta as relações grafofonêmicas como o principal foco de trabalho no processo da aquisição do sistema da língua escrita, por meio da instrução fônica explícita e sistemática. Fica claro que a alfabetização é concebida como um processo de decodificação e codificação do sistema alfabético, e que se acredita que somente quando o estudante já tiver se apropriado dos princípios desse sistema é que terá condições de formar palavras, frases e, finalmente, textos. Propõe-se que as relações entre grafemas e fonemas sejam trabalhadas inicialmente do mais simples, seguindo sistematicamente para as relações mais complexas, como dígrafos, sinais gráficos e cedilha, de forma a contribuir para uma futura consolidação do conhecimento. Os textos, por sua vez, são tratados como meios ou pretextos para que a sistematização fonema-grafema possa ocorrer. Um olhar técnico apurado percebe que essas são características próprias do método fônico de marcha sintética. É importante explicitar que as relações grafofonêmicas fazem parte do processo de alfabetização, sim, tal qual como propõe a BNCC, inclusive. Mas há diferenças profundas de concepção sobre a língua e a linguagem no que preconizam PNA e BNCC.¹

1. No PNLD 2023 (pgs 27 e 28) encontramos, nas orientações para alinhamento das obras didáticas aos 6 pilares da alfabetização, outro bom exemplo de incompatibilidade com a BNCC, pois fica claro como tais orientações são consonantes com os princípios do método fônico.

(p. 28) *Verbetes 16. Modelagem de aula – apresentação dirigida a professores de uma aula exemplificativa, podendo ocorrer por execução simulada ou real.*

Análise – Impor uma modelagem de aula faz parte do caráter prescritivo da PNA, com um passo a passo rígido no tratamento de cada conteúdo. Parte-se do princípio de que o professor deve ser um aplicador de fórmulas e que a aprendizagem se dá pela percepção e repetição mecânica. Não há cognição, é só treino.

(p. 28) *Verbetes 20. Produção de escrita emergente – diz respeito aos aspectos geralmente atribuídos à escrita emergente, como o desenvolvimento da coordenação motora fina e a manipulação do lápis, por meio da prática de desenhos, pinturas e grafismos, em especial, aqueles que se reportem às formas das letras, tanto bastão quanto cursiva. O progresso nos níveis de produção escrita acontece à medida que se avança na literacia. Para crianças mais novas, escrever ajuda a reforçar a consciência fonêmica e o conhecimento alfabético.*

Análise – Significa repetição de exercícios motores e a cópia de letras (geralmente, sobre um pontilhado), típico da perspectiva que prevê um período de desenvolvimento de habilidades precursoras para a alfabetização, concepção já superada. Os termos “precursor” ou “preparatório” não aparecem em nenhum documento que embasa os anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. O Caderno da PNA

A PNA foi apresentada, em 2019, por meio do *Caderno da PNA*. Este traz, ao longo de três capítulos, o cenário atual da alfabetização no Brasil, um breve histórico das pesquisas e estudos relacionados com o campo, normatizações da área, conceitualização de alfabetização (no contexto da ciência cognitiva), princípios, objetivos e diretrizes da política e, ainda, informa sobre suas implementações. Segue um exemplo do desalinhamento à BNCC:

(p. 21) Capítulo 2 – Alfabetização, literacia e numeracia

A PNA estabelece vários níveis de literacia: a básica, que acontece antes do domínio da escrita e engloba as literacias familiar, emergente e a alfabetização; a intermediária (do 2º ao 5º ano); e a disciplinar (do 6º ano em diante). No subitem 2.3 – *Como as crianças aprendem a ler e escrever*, a PNA cita pesquisas de fora do campo da educação, principalmente as relacionadas ao desenvolvimento biológico e às neurociências, que descrevem o funcionamento do cérebro, para justificar a perspectiva adotada.

Análise – Essa perspectiva é reducionista: a apropriação da escrita não se limita ao conhecimento do sistema alfabético. Ela envolve a perspectiva social da linguagem em seus usos reais (letramento). A leitura não pode ser reduzida a exercícios mecânicos de apropriação de palavras e vocabulário, como é sugerido (p. 22, 23, 31, 33). O leitor da PNA é levado a achar que o documento usa *literacia* e *letramento* como sinônimos. No entanto, a PNA não trata das práticas e dos eventos de letramento, pois o foco está no treino e numa concepção não cultural da escrita. Quanto às pesquisas de outras áreas, elas podem contribuir para pensar alguns aspectos da língua escrita, mas, por si só,

não têm capacidade de fundamentar a ação educativa. A área da alfabetização conta com contribuições da psicologia, linguística, sociologia e filosofia, entre outras. As pesquisas nesses diversos campos ajudam a pensar o processo de alfabetização quando consideradas de forma multidisciplinar.

Comparação com a BNCC – Esse documento não traz um capítulo específico com o tema “como as crianças aprendem a ler e a escrever”, mas ao longo do documento, fica claro que são consideradas diversas perspectivas, no campo das pesquisas, e que esse processo é entendido como inserido em um contexto de letramento, o que pressupõe o trabalho por meio de práticas de linguagem em todos os campos de atuação social. Não existe o termo “literacia” na BNCC.

5. O Programa Conta pra Mim

O *Conta pra mim* é constituído por diversos materiais para orientar práticas de literacia no âmbito da família, principalmente para aquelas que se encontram em condições de vulnerabilidade socioeconômica, segundo o *site* do MEC. Está disponível apenas na internet. O programa ignora que grande parte do público-alvo não tem recursos tecnológicos próprios para acessá-lo. Nos vídeos, a narração explica a importância de as crianças manipularem os livros, porém o material é todo digital. Os produtos oferecidos são adaptações de clássicos e têm linguagem pobre e ilustrações padronizadas, sem recursos multilinguísticos, reduzindo as possibilidades de leitura compreensiva e de intertextualidade.

Análise – Embora reconheça as precárias habilidades de leitura de parcela dos brasileiros, o programa delega às famílias uma grande parte da responsabilidade pela alfabetização das crianças. O *e-book* disponível para a “formação” dos pais tem conceitos de alta complexidade, mas, ainda assim, afirma que a simples imersão na “literacia familiar” resultará em estudantes bem-sucedidos. Os especialistas reconhecem a família como uma agência de letramento importante. As experiências com a cultura escrita vividas são ponto de partida para o letramento na escola. No entanto, o programa afirma que a aprendizagem da leitura e da escrita “depende em grande parte da bagagem linguística recebida pela criança antes de ingressar no Ensino Fundamental, nas práticas realizadas em casa ou em outros ambientes”. O termo “depende” tem por trás uma premissa complicada, que condena as crianças que não têm oportunidade de ricas experiências com a cultura e a linguagem escritas e retira o peso da escola na formação de leitores.

Comparação com a BNCC – Na BNCC, reconhece-se o potencial transformador, mobilizador e humanizador da experiência com a literatura, contribuindo, assim, para “reconhecer e compreender modos distintos de ser e estar no mundo e, pelo reconhecimento do que é diverso, compreender a si mesmo e desenvolver uma atitude de respeito e valorização do que é diferente”. A BNCC enfatiza a fruição estética, a ampliação do conhecimento de mundo, sua diversidade, seus conflitos e contradições e o acesso a sua dimensão lúdica. Pressupõe, portanto, a formação de um leitor-fruidor (p. 138). Temos aí uma diferença abissal, de uma literatura para a escola (“para o futuro escolar e sucesso do estudante”), utilitária e instrumental em contrapartida a uma literatura para a vida, a formação humana, a formação do senso crítico e estético, como é próprio à arte.

6. O Programa Tempo de Aprender

O *Tempo de Aprender* é um dos programas de implementação da PNA e prevê a atualização de professores alfabetizadores com cursos de capacitação.

Dos anunciados, apenas o primeiro estava disponível na época desta análise.

Alinhado aos pilares da PNA – e desalinhado à BNCC –, traz um passo a passo do que e como ensinar.

Análise – Há tempos os programas de formação deixaram de ser chamados de capacitação, justamente porque o foco é instigar a reflexão sobre a prática e aprofundá-la com a fundamentação teórica. No *Tempo de Aprender*, acredita-se que a aprendizagem acontece pela percepção e repetição mecânica. Predomina a visão prescritiva, com um passo a passo rígido, sem reflexão sobre conceitos. Dessa forma, o professor é tratado como aplicador das prescrições. Além disso, as propostas pedagógicas apresentadas têm caráter transmissivo e prescritivo, e fica claro que seguem a mesma proposta de sistematização das relações fonema-grafema indicadas no PNLD 2023. Outro ponto de divergência com a BNCC é a pouca importância dada à língua escrita como meio de a criança se comunicar e interpretar o mundo. Ignorada como prática sociocultural, ela fica relegada ao 3º ano, depois de a criança “dominar” o código alfabético.

7. Considerações finais

A PNA assume um modo único de interpretar o fenômeno da alfabetização, enquanto a BNCC tenta dialogar com as produções científicas educacionais, possibilitando a circulação da multiplicidade de concepções e metodologias que contribuem de forma mais abrangente para compreender os fatores que envolvem o processo de alfabetização. Os desdobramentos de cada uma nas práticas e abordagens pedagógicas são, portanto, incompatíveis.

É preciso ficar claro que **instrução fônica**, na prática, quando analisamos as ações de implementação da PNA, significa **a adoção do método fônico**, e que induzir as redes a adotar uma única metodologia vai contra a LDB, que garante aos educadores liberdade para assumir a(s) metodologia(s) que acreditem que responda(m) melhor às necessidades de seus educandos. Explicitar conceitos fônicos e treinar a criança para codificar e decodificar não garante a aprendizagem complexa da linguagem escrita para o exercício pleno da comunicação em todas as suas necessidades orais e escritas. É necessário compreender que as práticas de alfabetização e de letramento

precisam ser construídas de forma integrada, pois lidam com aspectos culturais (o alfabeto, as culturas impressas, as culturas digitais, os gêneros, os textos, os modos de ler e de produzir sentidos...). Reduzir toda essa complexidade a atos mecânicos é desconsiderar que saber decifrar, saber reconhecer palavras direta ou indiretamente não fornece (infelizmente!) a chave de todos os textos escritos.

Na BNCC, a concepção de alfabetização possibilita o uso associado de práticas pedagógicas que, ao mesmo tempo, produzem o desenvolvimento das aprendizagens relacionadas à aquisição do sistema de escrita (processo de alfabetização) e das questões que envolvem a prática social da leitura e da escrita, ou seja, o texto oral e escrito (em diálogo com as linguagens visuais, corporais, sonoras) em usos de comunicação, nos mais variados gêneros discursivos. Sendo assim, a BNCC, embora não aprofunde ou defenda metodologias específicas, possibilita um diálogo entre as abordagens para o uso didático e pedagógico de uma multiplicidade de aprendizados sobre o processo de ensino nesse campo.

Realização:



Apoio:

